

Editorial

Prezados Leitores!

Eis-nos aqui com o último número de 2015, com a sua publicação quadrimestral. Mais uma vez temos a alegria de compartilhar artigos que emergem de questões que desafiam a educadores e pesquisadores nas diferentes áreas do conhecimento e no cotidiano de suas práxis educativas. Assim, na primeira parte trazemos o Dossiê “Educação Histórica”, o qual nos provoca em questões relacionadas com a formação, concepções, epistemologias e atuação dos professores de história, como também outras relacionadas a experiências com a educação histórica em escolas e sistemas de ensino.

Ao disponibilizar este dossiê intitulado **Educação Histórica e Ensino de História**, o fazemos em memória e em homenagem póstuma à Professora Doutora Marilú Favarin Marin, que o organizou antes de sua morte em 13 de agosto de 2014.

Marilú Favarin Marin foi professora do Centro de Educação - CE da UFSM de 1998 até 2009, e a partir de 2010 passou a atuar na Unidade Descentralizada de Educação Superior da UFSM em Silveira Martins (RS) – UDESSM, onde exerceu funções diretivas, foi docente e pesquisadora. Graduada em história, mestre em educação pela UFSM, doutorou-se em 2011, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná – UFPR (Linha de Pesquisa Cultura, Escola e Ensino), sob a orientação da Professora Dra. Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt.

Marilú Favarin Marin foi envolvida desde o início de sua carreira com a prática do ensino de história, tanto na produção de livros didáticos e paradidáticos (a coleção *História com Reflexão*, da qual é coautora, foi aprovada quatro vezes consecutivas no Programa Nacional do Livro Didático, nos anos de 2004, 2007, 2010 e 2013); com relação a pesquisa sobre o ensino de história, a professora contribuiu significativamente para a produção de conhecimento e difusão da Educação Histórica, tema deste dossiê da Revista Educação.

A Educação Histórica é um marco para o ensino de história, especialmente na educação básica, ao apresentar-se como uma alternativa as ideias e práticas educativas ancoradas no desenvolvimento cognitivo da aprendizagem associadas à Psicologia da Educação.

Partindo da premissa da existência de uma cognição própria da história fundamentada na racionalidade, a Educação Histórica toma como referência fundamental a epistemologia da história para alcançar, como resultado da prática educativa neste campo do conhecimento humano, um nível de consciência histórica que contribui significativamente para a conquista da autonomia dos sujeitos envolvidos nestes processos educativos.

A organizadora deste dossiê, Marilú Favarin Marin, apresenta sob o título **A relação teoria e prática na formação de professores de história: a experiência de**

laboratórios de ensino de história (1980-2010), um extrato de sua tese de doutorado (2013), em que defende a constituição de uma didática da história como o alicerce e o aporte da formação de professores de história e de suas práticas educativas no ensino da disciplina de história.

Como resultado da análise das propostas para a formação de professores de história no Brasil, a partir de documentos oficiais, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt nos apresenta o texto **Formação do professor de história no Brasil: embates e dilaceramentos em tempos de desassossego**, onde diagnostica o esvaziamento da formação teórica em proveito da valorização de conteúdos específicos, em detrimento de uma formação que leve em consideração a relevância da função social da educação e a finalidade da história para a formação de cidadãos críticos e autônomos.

Como resultado de uma pesquisa a partir de narrativas (auto)biográficas de professores sobre sua formação inicial Jorge Luiz da Cunha e Lisliane dos Santos Cardôzo apresentam no artigo **Os sentidos do trabalho do professor e o lugar social do ensino de história**, uma reflexão sobre a importância da inserção do ensino de história na cultura histórica para orientar a vida e a capacidade de aprender historicamente. Para os autores o aprendizado histórico não compreende só aprender conteúdos do passado; é um engajamento do sujeito social que se entende pela história, interpretando a história objetiva e subjetivamente.

Rita de Cássia Gonçalves Pacheco dos Santos nos apresenta um dos resultados de sua investigação de doutoramento, sob o título **O conceito epistemológico de passado para professores de história**. Uma expressiva contribuição para a discussão sobre a compreensão que o professor tem sobre a epistemologia da história e seus efeitos sobre suas práticas escolares.

A preocupação central do artigo de Rosi Terezinha Ferrarini Gevaerd, **Ensino de história na perspectiva da Educação Histórica: o caso da rede municipal de Curitiba**, é apresentar os resultados da formação continuada de professores da rede municipal de Curitiba – PR, em parceria com a Universidade Federal do Paraná/Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH) na qualificação de suas práticas educativas associadas ao ensino de história.

Uma análise dos resultados de uma investigação empírica com o objetivo de compreender como crianças do 5º ano do ensino fundamental se relaciona com o passado e percebem a mudança no tempo e no espaço a partir de imagens da cidade de Goiânia nos é apresentado por Maria da Conceição Silva e Eunice Antunes Fleury, sob o título **Educação Histórica: percepção de crianças sobre tempo e espaço em imagens da cidade de Goiânia**.

A contribuição de Maria Isabel Gomes Barca Oliveira, para este dossiê nos é apresentada no texto **A formação da consciência social dos jovens no horizonte da Educação Histórica**, como resultado da primeira fase do projeto Consciência histórica – teoria e práticas que têm explorado as narrativas de jovens lusófonos sobre o mundo contemporâneo, interpretadas a luz dos conceitos e fundamentos da Educação Histórica através de seus principais autores.

Assim, o Dossiê - **Educação Histórica e Ensino de História** apresenta-se como uma contribuição relevante para compreender o papel do ensino de história, quando inspirado pelas propostas teóricas e práticas da Educação Histórica, como possibilidade de fazer frente ao etnocentrismo que em todas as culturas e em todos os tempos sempre produziu resultados desastrosos. É, portanto, uma tentativa de difundir um pensar histórico profundamente enraizado na possibilidade de uma consciência histórica humana que tenha efeitos libertadores para os sujeitos em particular e para as sociedades em geral, de forma a construir relações internacionais e interculturais que não sejam meramente lutas pelo poder, mas criativa e produtiva ação humanizadora.

A segunda parte da Revista Educação, constituída com artigos de demanda contínua traz temáticas referentes à Gestão, Avaliação e Democracia nas instituições e sistemas educacionais, bem como estudos sobre outras dimensões que estão implicadas no cotidiano escolar e nos processos de ensino-aprendizagem: ética, corporeidade, ludicidade, questões de gênero e gravidez na adolescência.

O primeiro artigo, **A democratização da escola pública: velhos e novos modelos de gestão escolar**, escrito por Maria José Ferreira Ruiz e Edwylson de Lima Marinheiro discute as alterações nos modelos de gestão pública e as implicações para a gestão educacional. O estudo faz referência a três modelos de gestão, sendo estes: a gestão burocrática, a gestão democrática e a gestão empresarial gerencial. Conclui que na gestão pública há a predominância dos modelos de gestão empresarial gerencial e da gestão burocrática, que ainda não foi superada. Contudo, contraditoriamente, a gestão democrática está presente na legislação da educação, por conta da luta dos trabalhadores desta área, mas se desenrola de forma muito tênue e embrionária nas escolas públicas.

Avaliação educacional em larga escala: performatividade e perversão da experiência educacional, de Jarbas Dametto e Rosimar Serena Siqueira Esquinsani, é o artigo seguinte. Propõe um debate crítico sobre as avaliações educacionais em larga escala e suas implicações junto à experiência pedagógica cotidiana. Analisa a questão, concebendo a avaliação externa padronizada como um instrumento cujos meios e resultados alimentam ideais performativos, tomando-se a performance como um princípio de legitimação típico da atualidade, perpassado pela concorrência e pela perspectiva produtivista extraída do âmbito privado. Debatem-se também subprodutos das avaliações, como a emergência dos rankings educacionais, da responsabilização docente, a apropriação midiática dos resultados e as possíveis implicações de tais fenômenos. Por fim, exploram-se alguns dos efeitos da quantificação e da classificação voltada à educação, apontando prejuízos que um olhar baseado na performatividade pode acarretar à prática educacional.

No terceiro artigo de demanda contínua, Antonio Carlos Miranda, sob o título **Indicadores na gestão universitária: uma metodologia de apoio**, compartilha um estudo sobre a construção e o uso de indicadores no processo de autoavaliação de uma universidade, como orientado pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), para o que se utilizaram dados da avaliação realizada pelo corpo dis-

cente entre 2008 e 2010 do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal). Os resultados mostraram que a produção de indicadores precisa ter legitimidade técnica, política e que precisa ser produzida coletivamente dentro da instituição, pois somente a partir de um processo que reúne informações e dados coletivos pode-se estimular a análise reflexiva das práticas em busca de melhorias em todos os níveis.

A magia do vestibular: a produção da crença no “dom” entre os estudantes do IFSP, de Nicolau Dela Bandera, analisa os efeitos subjetivos e simbólicos produzidos entre os estudantes aprovados por um dos vestibulares mais concorridos na cidade de São Paulo, o vestibulinho para acesso ao ensino médio da Escola Técnica Federal. Um dos efeitos do vestibular, definido por Pierre Bourdieu (2008) como um rito de instituição, refere-se à produção de um sentimento de eleição que confirma a crença no “dom” e legitima desigualdades sociais. Os estudantes aprovados pelo vestibulinho da Federal cultivaram uma autoimagem como membros de um grupo de excelência, com um “carisma grupal” alicerçado no mérito escolar.

O quinto artigo, subscrito por Silmara Cristiane Pinto, Sara Moraes Rosa, Rodrigo Pelloso Gelamo, Amanda Veloso Garcia e Manoela Paiva Menezes, apresenta os resultados do projeto de extensão **“Ensino de filosofia em espaços não formais”**, explicitando tanto os processos de sua execução em termos práticos quanto os desdobramentos filosóficos de seu transcorrer. A ideia geral era criar um espaço dedicado às possibilidades de experiência com o filosofar que produzisse nos participantes um modo de relação com a filosofia, diferente daquele estabelecido em ambientes formais como, por exemplo, a instituição escolar, convertendo o ensino clássico em uma dimensão dialógica de aprendizagem e de criação de novos espaços de pensamento. Respaldados nas contribuições de Gilles Deleuze e Jacques Rancière, os autores buscaram desterritorializar o ensino da filosofia de sua tradição histórica, afirmando-o nas potencialidades criativas do pensar, na contingência das afecções, no encontro com os signos. Para os autores, o artigo permite que explorem algumas implicações daquilo que projetam e que doravante vivenciam: a própria construção de sentido acerca do ensinar e do aprender filosofia e, sobretudo, do que significa pensar filosoficamente.

Na sequência, Adriano Rodrigues Ruiz compartilha sua pesquisa bibliográfica sobre a competência ética em ambientes escolares. Parte da concepção de ética como a sabedoria diante de situações cotidianas, na interação da pessoa com si própria e com o mundo. A orientação epistemológica do trabalho intitulado **Competência Ética, Atenção e Educação** se encaminhou pela discussão a partir de dois eixos: um que entende ser o humano determinado pelo ambiente; e, o outro, que o concebe como construtor do mundo e de si próprio. Concluiu que a crença no poder do ambiente fomenta o espírito ético da padronização. Assim, a competência ética surge como não pertencente aos conteúdos ensináveis, mas como algo que se aprende praticando: valorizando o olhar atento que busca ver e compreender o mundo.

A escola não é “lugar de barriga” é o sétimo artigo e tem como tema central a escola pública e a gravidez em jovens alunas na escola pública. Fruto da dissertação de mestrado *Experiências escolares de meninas-mães da periferia de Ijuí-RS*, Denise Raquel Rohr e Maria Simone Vione Schwengber discutem a relação das es-

colas públicas com as alunas gestantes ou mães, a partir da fala das equipes diretivas acerca das ações que as escolas procuram desenvolver ao se depararem com os temas da sexualidade e da gravidez no seu cotidiano. Apontam limites e possibilidades da escola ao defrontar-se com uma aluna gestante e da aluna ao perceber-se como uma gestante na escola. Quanto à escola, parece que é vista como um não lugar de barrigas, pois a gravidez de uma jovem aluna aponta para certo estranhamento, mesmo que invisível, entre a gestante e a escola.

Com o objetivo de compreender as dificuldades encontradas para que a corporeidade e a ludicidade possam ser mais vivenciadas em sala de aula, nas séries iniciais do ensino fundamental, Lucia Helena Pena Pereira, oferta o artigo – oitavo da demanda contínua deste número da Revista Educação. Com o título **Corporeidade e ludicidade nas séries iniciais do ensino fundamental: crenças, dúvidas e possibilidades**, a autora conclui que as atividades lúdicas se apresentam como possibilidade valiosa de trabalhar a corporeidade, a criatividade e a expressividade tanto do educando quanto do educador, fortalecendo laços afetivos entre professor e aluno e criando possibilidades de desenvolvimento das dimensões afetiva, cognitiva e motora da criança envolvida.

O último artigo da nossa Revista, no ano de 2015, intitulado **O brincar e as relações de gênero: reflexões de crianças e docentes**, escrito por Cássia Cristina Furlan e Verônica Regina Müller, analisa – a partir de um levantamento empírico de informações – o que crianças e docentes pensam sobre o brincar e as questões de gênero. A constatação foi a de que as identidades e papéis que crianças e docentes constroem e assumem em episódios, conversas e brincadeiras – situações não raro evitadas de conflitos – somente podem ser compreendidas em extensa diversidade.

Destarte, esperamos encerrar o ano de 2015 com o sentimento de que nossas interlocuções com autores e leitores tenham contribuído com nossas estudos, pesquisas e praxis educativas, considerando a realidade e as demandas com que a sociedade desafia a todos, especialmente a quem busca uma educação mais comprometida socio-histórica e culturalmente. Agradecemos aos autores e ao trabalho dedicado dos pareceristas e dos nossos revisores, sem os quais os constructos epistemológicos e político pedagógicos não teriam sido possíveis durante esse ano. A vocês, nossos leitores, desejamos uma leitura crítica e prazerosa! Esperamos seguir nossas interlocuções com todos no ano de 2016. Muito obrigado!!!

Jorge Luiz da Cunha

Marilú Favarin Marin (in memoriam)

Organizadores do Dossiê

Celso Ilgo Henz

Doris Pires Vargas Bolzan

Editores